



**Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Paraná  
2ª Vara Federal de Cascavel**

Avenida Tancredo Neves, 1137, 1º Andar - Bairro: Neva - CEP: 85802-226 - Fone: 45 3322-9921 - www.jfpr.jus.br - Email: prcas02@jfpr.jus.br

**EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5005677-54.2013.4.04.7005/PR**

**EXEQUENTE:** EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

**EXECUTADO:** ANTONIO ARNALDO DEBONA - ESPÓLIO

**EXECUTADO:** DE BONA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

**DESPACHO/DECISÃO**

**1. Indefiro** o requerimento de consulta de ativos por meio do SISBAJUD formulado pela parte exequente (e600.1 e 604.1), tendo em vista que a pessoa jurídica executada DE BONA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, encontra-se com a situação "baixada" perante a Receita Federal do Brasil desde o ano de 2008 ([https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Comprovante.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp)):

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.865.287/0001-11 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 15/10/1974			
NOME EMPRESARIAL DE BONA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTES DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
EMPRESA *****	TIPO DE *****	COMPLEMENTO *****	UF *****
CNPJ *****	SANTIDADE *****	MUNICÍPIO *****	CEP *****
ENDEREÇO ELETRÔNICO *****		TELEFONE *****	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/12/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL Inapto (Lei 11.541/2009 Art.54)			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.  
Emitido no dia 12/09/2023 às 14:44:06 (data e hora de Brasília).  
Página: 1/1

**Indefiro** ainda o requerimento de consulta SISBAJUD formulado pela parte exequente (e604) relativamente à parte executada ANTONIO ARNALDO DEBONA, tendo em vista tratar-se de "espólio".

**Intime-se** a parte exequente.

**2. Sem prejuízo, chamo o feito à ordem.**

**2.1.** Nos termos do artigo 75, inciso VII, do Código de Processo Civil, o espólio é representado em juízo pelo inventariante e, caso não tenha sido aberto ou já estando encerrado o inventário, os sucessores do falecido respondem pelas dívidas deixadas pelo falecido, limitadas pelas forças da herança e na proporção recebida.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INVENTÁRIO. AVALISTA. EXPEDIÇÃO DE FORMAL DE PARTILHA. LEGITIMIDADE DOS SUCESSORES. DÍVIDAS DO FALECIDO. QUINHÃO DA HERANÇA. Consoante o disposto no art. 1.997, caput, do Código Civil, a herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido, e, após a partilha de seus bens, os herdeiros, cada qual na proporção do quinhão hereditário. Em reforço à prescrição legal, o artigo 796 do Código de Processo Civil dispõe que o espólio responde pelas dívidas do falecido, mas, feita a partilha, cada herdeiro responde por elas dentro das forças da herança e na proporção da parte que lhe coube. (TRF4, AG 5029292-63.2018.4.04.0000, QUARTA TURMA, Relator SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA, juntado aos autos em 25/04/2019)

Assim, suspenda-se a presente execução em relação à parte executada ANTONIO ARNALDO DEBONA - ESPÓLIO pelo prazo de 2 (dois) meses, com fundamento no artigo 313, §§1º e 2º, do Código de Processo Civil.

**2.2. Intime-se** a parte exequente para que diligencie junto ao juízo de direito competente e informe acerca do encerramento de eventual inventário aberto relativamente ao de cujus Antonio Arnaldo Debona. Em sendo o caso, deverá desde logo indicar o(s) herdeiro(s) que deverá(rão) figurar no polo passivo do feito.



Documento eletrônico assinado por **SUANE MOREIRA OLIVEIRA, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700014701253v4** e do código CRC **7258a6d7**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): SUANE MOREIRA OLIVEIRA

Data e Hora: 18/9/2023, às 11:38:45

---

**5005677-54.2013.4.04.7005**

**700014701253.V4**